

Gênero e sexualidade em devires e afetos no chão da escola: experiências e resistências entre arte e educação

Sales, Tiago Amaral ¹

Silva, Gabriel Andrade ²

RESUMO

Este artigo cartografa questões que envolvem gênero e sexualidade em suas emergências nos cotidianos escolares. Como fio condutor, articula-se um relato de experiências autoficcionais do encontro dos professores-pesquisadores no ensino básico público com uma jovem aluna mulher trans, pensando a arte como dispositivo para problematizar, desnaturalizar e instaurar resistências e re-existências em gênero e sexualidade na escola. A interseção entre teoria e prática proporciona a este escrito um caráter aberto, amplo e multirreferencial, onde a urgência está em apresentar modos artísticos – com foco na performance – que servem não só para inserir essas temáticas no chão da escola, mas para forjar um território de enfrentamento e de criação.

Palavras-chave: educação básica; arte e educação; gênero e sexualidade; escola; estudos queer.

Gender and sexuality in becomings and affections on the school floor: experiences and resistances between art and education

ABSTRACT

This article maps issues involving gender and sexuality as they emerge in everyday school life. As a guiding thread, an account of autofictional experiences of the meeting of teacher-researchers in public primary education with a young trans woman student is articulated, thinking of art as a apparatus to problematize, denaturalize and establish resistance and re-existences in gender and sexuality in school. The intertwining between theory and practice provides this writing with an open, broad and multi-referential character, where the urgency is to present artistic modes – with a focus on performance – that

¹ Universidade Federal de Uberlândia. Professor Adjunto nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas, vinculados ao Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal (ICENP), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Pontal. Pós-doutorando em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: tiagoamaralsales@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2295345372533795>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3555-8026>.

² Universidade Federal de Uberlândia. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Uberlândia (PPGAC/UFU). E-mail: gabrielandrade2551@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1160548066837188>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4147-1211>.

serve not only to insert these themes into the school floor, but to forge a territory of confrontation and creation.

Keywords: basic education; art and education; gender and sexuality; school; queer studies.

Género y sexualidad en devenires y afectos en el suelo escolar: experiencias y resistencias entre arte y educación

RESUMEN

Este artículo mapea cuestiones relacionadas con el género y la sexualidad a medida que surgen en la vida escolar cotidiana. Como hilo conductor, se articula un relato de experiencias autoficticias del encuentro de docentes-investigadores en la educación primaria pública con una joven estudiante mujer trans, pensando en el arte como un dispositivo para problematizar, desnaturalizar y establecer resistencias y reexistencias en género y sexualidad en la escuela. La intersección entre teoría y práctica proporciona a este escrito un carácter abierto, amplio y multirreferencial, donde la urgencia es presentar modos artísticos – con enfoque en la performance – que sirvan no solo para insertar estos temas en el piso escolar, sino forjar un territorio de confrontación y creación.

Palabras clave: educación básica; arte y educación; género y sexualidad; escuela; estudios queer.

INTRODUÇÃO

Este texto busca traçar reflexões a respeito daquilo que nos toca, que nos atravessa, que nos acontece, ou seja, das experiências (Larrosa, 2011; 2022) em torno do gênero, da sexualidade e da LGBTQIAPN+fobia³ na educação básica. O ponto de partida foram as vivências pessoais dos autores em sua atuação enquanto pesquisadores e docentes na educação básica em uma escola pública estadual de Minas Gerais, localizada na periferia da zona

³ Usamos o termo LGBTQIAPN+fobia em referência a preconceitos e estigmas instaurados em torno das existências que fogem à cisheteronormatividade – lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis/transgêneros, queer, interssexuais, assexuais, pansexuais, pessoas não binárias, dentre outros.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

oeste da cidade de Uberlândia, Brasil. A escola, território para essa escrita é, apesar de seu pequeno porte, muito diversa, recebendo alunos desde os anos finais do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio.

No decorrer do texto, apresentamos indícios de que os modos como as dimensões da sexualidade, da LGBTQIAPN+fobia e do gênero são abordados na escola de maneiras que ainda reforçam um padrão hegemônico social: machista, cisheterossexista, racista e LGBTQIAPN+fóbico, (re)afirmando e (re)consolidando relações de poder em que homens cis-heterossexuais e brancos são reconhecidos como modelo privilegiado – e quiçá único – de existência válida.

O que é proposto, portanto, é defender a ideia de que as práticas artísticas sejam um potente dispositivo – como Gilles Deleuze destaca “[...] máquinas de fazer ver e de fazer falar” (Deleuze, 1990, p. 155) – para lidar com essas temáticas – gênero, sexualidade, violência, respeito, diversidade, dentre outras – e de colocá-las em debate, uma vez que são tão intrínsecas às vivências de um/a docente na atualidade, sobretudo no ensino público brasileiro. Partindo do pressuposto de que, por muitos anos, essas dimensões foram completamente silenciadas no âmbito escolar e, quando eram, tratavam, buscavam afirmar um caráter patológico ao que foge das normas – como a homossexualidade, por exemplo (Quinalha, 2022). Isto, portanto, reconhecemos ser uma colocação LGBTQIAPN+fóbica.

Procuramos entender como essas temáticas adentram o ambiente escolar e de que modo elas permeiam os discursos e ações dos estudantes e do corpo docente. Nesse sentido, essa via de pensamento é escolhida para “[...] esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando, historicamente, a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018, p. 10).

Fernando Seffner (2011), ao pesquisar como a escola produz subjetividades e modos de lidar com o gênero e a sexualidade, defende que “[...] a escola tem duas grandes tarefas, a saber: a alfabetização científica e a socialização das crianças e dos adolescentes” (p. 571), e é em meio a isso que destaca a responsabilidade de educar em gênero e sexualidade.

Partindo do pressuposto de que a escola é, junto de tantos outros espaços de vida social, um lugar de aprender e de ensinar acerca dos conhecimentos historicamente construídos por diferentes campos, de criação



REVISTA

interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação

Universidade Federal de Pernambuco,

Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]

Dossiê Os desagendamentos da educação e a

resistência à projetos neoliberais e

neoconservadores: corpos, gêneros e

sexualidades em espaços escolares e não

escolares

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

de maneiras de ser e de estar no mundo e de desenvolver uma consciência crítica e problematizadora, urge uma questão: como identificar e resistir às práticas hegemônicas que podem tornar este ambiente violento com aqueles que fogem às normas? Essa é a problemática que objetivamos explorar nesta investigação.

Guiamo-nos através da reflexão proposta pelo filósofo francês Michel Foucault (2014) de que “[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem reviravolta eventual; toda relação de poder implica, pois, pelo menos de maneira virtual, uma estratégia de luta” (p. 138). É por meio desta perspectiva que nos atentamos às tramas tecidas no ‘chão da escola’⁴ ao que se enreda entre gêneros, sexualidades, práticas educativas, relações de poder e formas de resistência, na cotidiana e artesanal criação de maneiras de re-existir.

Para destramar, ou fazer vir à tona, os traços coloniais presentes no ambiente escolar, e assim entrarmos na direção do propósito deste artigo, através de uma abordagem multirreferencial, pensamos na cartografia (Rolnik, 2016) como caminho metodológico. Dessa forma, colocamo-nos em movimentos de atenção aos territórios que atravessávamos na escola e às maneiras que os compunhamos. A vazão aos afetos⁵ que em nós borbulhavam e pediam passagem (Rolnik, 2016) materializou-se tanto em ações cotidianas escolares quanto nas linhas que compõem este artigo.

As maneiras como socialmente se lida com as vivências em torno da sexualidade podem gerar nos que não se reconhecem no padrão hegemônico momentos de dor e de sofrimento em decorrência de violências cotidianas. Este fator reverberará na forma com que estes sujeitos se relacionam consigo mesmos e com os outros. Assumimos que a ideia primordial da educação que acreditamos e defendemos é estabelecer uma “[...] visão de transformação social, baseada na crença fundamental, numa ideia radicalmente democrática de liberdade e justiça para todos” (hooks, 2017, p. 41). Por isso, percebemos

⁴ Usamos a expressão ‘chão da escola’, comum tanto em espaços da educação básica quanto da superior para se referir aos territórios escolares e aos sujeitos que neles efetivamente estão, cotidianamente, movimentando-os e mantendo-os vivos.

⁵ Acerca da perspectiva de afeto que adotamos, Suely Rolnik (2018, p. 53) afirma que “Quanto ao afeto, este não deve ser confundido com afeição, carinho, ternura, que correspondem ao sentido usual dessa palavra nas línguas latinas. É que não se trata aqui de uma emoção psicológica, mas sim de uma “emoção vital”, a qual pode ser contemplada nessas línguas pelo sentido do verbo afetar – tocar, perturbar, abalar, atingir; sentido que, no entanto, não se usa em sua forma substantivada”.



a importância de mobilizar nas escolas, teórico-conceitualmente e também de maneira prática, as dimensões de orientação sexual e de gênero na perspectiva da diversidade e da diferença, sendo colocadas à tona de modo a não reforçar os traços coloniais que insistem em sobreviver e se atualizar nestes espaços.

Os estudos *queer*, nesse sentido, aparecem como suporte para as análises das práticas hegemônicas e contra-hegemônicas presentes na escola, na medida em que também impulsionam mobilizações de novas maneiras de aprender e de ensinar, que, quiçá, possam tornar tal espaço um ambiente menos preconceituoso e violento, ensaiando maneiras potentes de (con)viver entre diferenças e singularidades. Sendo assim, podemos pensar em dispositivos que irão auxiliar a inserção dessa temática em seu propósito maior, que é desenvolver um olhar problematizador acerca dos discursos e das práticas hegemônicas em vigor – sumariamente preconceituosas e estigmatizantes – dentro da escola, também aguçando a nossa percepção para as linhas de fuga e de resistência lá presentes. Trata-se de criar um território onde crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos possam se manifestar com segurança, a coexistir mesmo com as diferenças e atritos que possam existir, uma vez que, em tantos casos, essa manifestação do que foge do dito como ‘normal’ vem acompanhada de violência verbal e até mesmo física.

Diante disso, adentramos neste campo denso de redes de violências, preconceitos e segregações, emanando o desejo de modificar tal realidade, dentro do que nos for possível em nossas inserções enquanto professores, através da problematização das tantas monoculturas presentes em nossos cotidianos subjetivos. Nesse sentido, a pesquisadora indígena Geni Nunez afirma que “[...] nessas monoculturas um dos eixos centrais é o pressuposto da não concomitância: só um deus seria verdadeiro, só um amor seria legítimo, apenas uma sexualidade a ser escolhida, apenas um plantio na terra e assim por diante” (Nunez, 2021, p. 2). Friccionando esse conceito com a vivência docente, algumas questões surgem: é possível para um(a) jovem LGBTQIAPN+⁶ viver em todos os lugares com segurança? A quem é permitido performar e em que circunstâncias? De que maneiras a escola tem se mostrado a estes estudantes? É, ela, um território possível de experimentar as suas maneiras de habitar o mundo? Apresentaria-se como um espaço de

⁶ Sigla para Lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgêneras/travestis, *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais e tantas outras possibilidades de existências.



perigo? Quiçá, seria ela um lugar ambíguo, abrigo a heterogeneidade do prazer, da alegria, da celebração, assim como da dor, do sofrimento e da violência?

Todo esse campo de discussão citado acima será apresentado e aprofundado em três partes. A primeira trata-se do relato de uma das nossas estudantes, transcrito e fabulado a partir de nosso olhar, do que nos atravessou e ressoou em nossas vivências-docências, misturando as nossas percepções com as dela – em suma, são narrativas dos encontros que acontecem na vida-educação. Na segunda, apresentamos a perspectiva à qual direcionamos o nosso pensamento em relação a conceitos, sobretudo, do campo dos estudos *queer*. Em seguida, relacionamos as duas primeiras partes, articulando e defendendo a prática-vivência-experimentação-criação artística como um potente dispositivo formativo para fazer com que temáticas como gênero e sexualidade sejam pensadas, discutidas e mobilizadas afirmativamente na escola de modo a possibilitar a identificação das práticas hegemônicas e estabelecer-se enquanto resistência na proliferação de modos outros de habitar o mundo.

Partindo do pressuposto de que é complexo abordar esses temas, associados ao gênero e à sexualidade na escola, em perspectivas contra-hegemônicas, por uma série de embates que vão desde a desconcordância dos pais, perpassando a negação dos estudantes, até à criação de empecilhos pela equipe pedagógica. Seffner (2011), ao pensar no trabalho das questões de gênero e sexualidade na escola, defende que

Políticas de equidade promovem um ambiente escolar mais sadio para todos e todas, diminuindo preconceitos e situações de baixa autoestima que potencialmente podem afetar qualquer aluno, pois todos nós temos atributos pessoais que podem nos tornar alvo de estigma, gerando tensão social, que diminui as chances de rendimento escolar (p. 571).

Para tal, o pesquisador defende que “Abordar temas relativos a gênero e sexualidade exige nas escolas a presença de professores com formação específica, feita geralmente na modalidade de formação continuada ou em serviço” (Seffner, 2011, p. 569). Reconhecemos, assim, a importância de interessarmos-nos por tais questões, preparando-nos para pensá-las no e para o chão da escola.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

A partir de nossas vivências enquanto professores e pesquisadores, percebemos que o que tem acontecido nos espaços escolares, muitas vezes, é – quando não se passa da negação de discutir tais questões para além da cisheteronormatividade – uma roda de conversa, conduzida geralmente por professores/as ou, no máximo, agentes de saúde convidados – ou, às vezes, até líderes religiosos –, que irão discorrer sobre essas temáticas, sabe-se lá como.

Ressaltamos que não menosprezamos aquilo que é articulado pelos/as profissionais escolares e convidados/as e, muito menos, o que é produzido pelos/as estudantes nas rodas de conversa. Estas são importantes não só por tentar zelar pelos direitos deles falarem, mas também em criar um território de pensamento o qual irá investigar modos em que a escola poderá ajudá-los a enfrentar essas situações de preconceitos e violências. Todavia, percebe-se uma urgência de maior cuidado na maneira com que tais questões são tangenciadas – tão permeadas por moralismos, estigmas, preconceitos –, no sentido de ampliar práticas para além do ‘bate papo’, inserindo-as no campo da ação, ou seja, agir com seriedade na problematização de todas essas práticas hegemônicas vigentes na sociedade e impregnadas na escola.

Fica evidente a necessidade de fazer com que a teoria vá ao encontro da prática, como bell hooks (2017) destaca em seu livro *Ensinando a transgredir – A educação como prática de liberdade*. A autora afirma que “[...] é mais significativo quando convida as leitoras a se engajarem na reflexão crítica e na prática do feminismo. Para mim, essa teoria nasce do concreto, de meus esforços para entender as experiências da vida cotidiana [...]” (hooks, 2017, p. 97). Habitando esse território, para essas ações se efetivarem na escola, é urgente transformarmos aquele conhecimento que é construído pelo diálogo em ações reais contra-hegemônicas.

O relato como fio condutor

As situações narradas abaixo aconteceram nas aulas da disciplina escolar de Arte, lecionada na rede pública estadual de Minas Gerais por um dos autores deste artigo. Ao serem cartografadas, também são autoficcionalizadas, trazendo a matéria do vivido a ser composta com a criação de estórias. Tecer autoficções é, como reflete Sergio Blanco, traçar “Uma palavra que se abre para os espaços interiores de retrospectção e



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

reflexão. Uma palavra que duvida. Que treme. Que pensa a si mesma” (Blanco; Campanella; Concílio, 2023, p. 10). Percebemos, assim, que trazer as autoficções para a escrita e a pesquisa em educação é potente, pois “neste relatar autoficcional, está justamente a força de materializar o aprendido pelo corpo, o que foi incorporado e manifesta-se na vida, da sua forma mais visceral de se autotransformar” (Sales, 2023, p. 8).

No dia a dia as trocas entre professores/as e estudantes acontecem e algumas colocações dos/as nossos/as alunos/as vão ao encontro com situações vividas por nós no que compete às dimensões de gênero e sexualidade. Destacamos o relato de uma das nossas estudantes, ficcionalmente chamada nesse texto de Maria que, diante de sua inquietude, desabafa conosco sobre o quanto ela se percebia violentada por sentir que nunca tinha sido amada por um homem. Tais narrativas são escritas a partir de diálogos, revisitando o que nos marcou e afetou, atuando assim em nossas práticas e formações docentes.

A estudante relata-nos, em conversas informais, que *‘as construções hegemônicas que estimulam a mulher a acreditar que a felicidade está em ser amada por um homem, era algo preponderante naquilo que estava sentindo, mas não somente, a inexistência de uma relação saudável com a figura paterna, também se apresentava como um fator relevante’*. Tal percepção levou-nos ao entendimento de que “[...] a razão disso é que o ‘eu’ não tem história própria que não seja também a história de uma relação – ou conjunto de relações – para com um conjunto de normas” (Butler, 2019, p. 18). Após ouvir as palavras de Maria, nossos sentidos se afloraram, a fim de querer enxergar, adentrar e sentir – cartografar – quais camadas habitavam aqueles pensamentos-sentimentos-afecções que se verbalizavam.

Fomos então trazendo, sutilmente, proposições a serem mais pensadas e sentidas do que respondidas. Em um dado momento, Maria interrompeu-nos com um relato de sua infância, declarando um verdadeiro fascínio por sereias, dos seis aos quatorze anos, dizendo que as desenhava em cadernos e mais cadernos. Perguntamos, então, num tom de interesse: por que sereias? A resposta foi que *‘elas têm cabelos longos e são misteriosas, e porque elas encantam os homens’*. Diante disso, abrimos com ela novas indagações: não bastava então desenhar só uma figura? Por que tantos cadernos com desenhos de sereias? O que recebemos de volta foi o silêncio. Percebemos que, possivelmente, tenhamos sido infelizes com as nossas palavras. Olhamos nos olhos dela e víamos lágrimas. Depois de um tempo, tínhamos de



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

Maria a seguinte análise, *‘é porque quando desenhava as sereias, professor, eu podia me permitir retratar o que mais amava, o feminino’*.

Nas sereias habitava, para ela, a força feminina através da mistura de humano e peixe. Com aquela figura híbrida, entrava-se em um devir intensivo, quiçá um devir animal. Segundo o filósofo francês Gilles Deleuze (1997)

Devir não é atingir uma forma (identificação, imitação, Mimese), mas encontrar uma zona de vizinhança, de indiscernibilidade, ou de indiferenciação tal que já não seja possível distinguir-se de uma mulher, de um animal, ou de uma molécula: não imprecisos nem gerais, mas imprevisíveis, não-preexistentes, tanto menos determinados numa forma quanto se singularizam numa população (p. 11).

Naquelas práticas, Maria transformava-se, ressoando com femininos e animalidades múltiplas, rompendo a própria materialidade humana. Em devir-peixe, ela se via naqueles desenhos e, ao criá-los, fabulava maneiras outras de ser e de estar no mundo. Deleuze (1997) afirma que escrever é inseparável do devir e que tal prática é também uma forma de saúde. Poderiam as criações imagéticas da estudante serem maneiras de cultivar a saúde, de fabular-se, de escrever maneiras outras de viver?

“As tramas entre vida e morte, saúde e doença se embricam de múltiplas maneiras, quase que em danças: dança-movimento carregado de perigos, sendo estes que conferem ao sujeito vivo o seu caráter de vivo. Saúde-doença se entremeiam, permeando os corpos e as vidas” (Sales, 2022, p. 6). Já que “A doença não é processo, mas parada do processo” (Deleuze, 1997, p. 13), colocar-se no movimento de criação artística é maquinar tais processos de vida, sentir-se aberto ao mundo e engajar-se na postura ativa de transformar o território-corpo em que se existe. Desenhar era um modo de vida, de saúde, de criar outras formas de se reconhecer, de habitar o planeta. A ficção de suas fabulações ensaiadas em linhas borrava o espaço-tempo e abria caminhos para que pudesse ser quem desejava-se ser – ou melhor, ser quem ela já era, reconhecendo-se e transformando.

A fala da Maria ressaltou em nós a vontade de transformar aquilo que ouvíamos em ação. Quem sabe, com tal movimento, pudesse criar situações em que fosse possível despertar – ou reconhecer o que já estava acordado – nela uma vontade de comunicar, através do seu corpo, os anseios dolorosos



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

por sua condição de ser uma mulher trans, existências que a sociedade historicamente marginaliza, violenta e busca não permitir se manifestar por completo, vulnerabilizando-as. Então, naquele dia, voltando para casa, uma intuição surgiu: queríamos que Maria resgatasse o seu hábito de desenhar – sentíamos que, lá, existiam práticas de saúde, de cura e de transformação. Diante disso, decidimos, na semana seguinte, propor uma atividade de desenho-fruição de forma descontraída, sem compromissos e nem grandes instruções. Nela, os alunos iriam transpor para o desenho a sua condição momentânea.

No dia de tal aula, o silêncio reinava na sala após o pontapé inicial por nós planejado para aquela proposta didática. Estavam todos concentrados fazendo a atividade, e a nossa aluna, das sereias, ainda mais. Enquanto isso, ressoava uma música de fundo: Chopin foi o escolhido. Caminhávamos pela sala atentos aos desenhos. Percebemos que o tempo de tal horário chegava ao fim e isso nem tinha sido percebido. Ressaltava-se, assim, como diz o ditado popular que ‘o tempo voa quando estamos nos divertindo’: naquela aula, espaço de estudo e de trabalho, a leveza nos atravessava pela possibilidade de transbordar afetos em linhas, formas e cores que se materializavam no papel. A sala e a aula de artes ganhavam vida e, assim, transbordavam.

Ao ouvir o sinal escolar que anunciava o fim daquele horário, começamos a recolher o material e, para a nossa surpresa, quando pegamos o desenho da Maria, não havia sereias e sim o que parecia ser uma bruxa, em um desenho que remetia a uma mulher com um chapéu grande, imponente, segurando uma vassoura que tinha duas vezes o seu tamanho. As cores giravam em torno do preto e do roxo. Nós, juntos de Maria, rimos um pouco disso, mas o tempo já escasso não nos permitiu abrir um diálogo naquele momento. Era preciso sair e ir para outra sala, outra aula, e outra, e outra, e outra, na repetição sempre diferente, na cotidianidade – muitas vezes cansativa e massacrante – do trabalho docente que, em seu modelo fabril, tantas vezes corta ao meio determinados processos que demandariam um tempo outro.

No ônibus, ao abrir a nossa mochila, pegamos o desenho. O mesmo foi admirado, tentando imaginar o que se passara na cabeça da aluna-artista ao grafar aquilo que, para nós, se apresentava como uma bruxa. Naquele momento, um sentimento muito forte – talvez embebido de nossas práticas professorais viciadas em compreender e interpretar tudo que nossos/as



REVISTA

interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

estudantes fazem – nos direcionou ao entendimento de que, possivelmente, a conversa-desabafo que tivemos na semana anterior ainda ressoava nela e acabara de se materializar naquela criação artística. Não sabíamos como e nem em que medida essa ressonância se dava, até mesmo porque nós mesmos ainda nos encontrávamos envoltos nela, mas era notório que algo havia acontecido.

Com todos estes acontecimentos, recordamo-nos das *cartas para além dos muros*, de Caio Fernando Abreu. Lá, o escritor relata os afetos de descobrir-se vivendo com HIV/aids no início da década de 1990. No começo da primeira carta da série, ele nos conta:

Alguma coisa aconteceu comigo. Alguma coisa tão estranha que ainda não aprendi o jeito de falar claramente sobre ela. Quando souber finalmente o que foi, essa coisa estranha, saberei também esse jeito. Então serei claro, prometo. Para você, para mim mesmo. Como sempre tentei ser. Mas por enquanto, e por favor, tente entender o que tento dizer (Abreu, 2014, p. 124).

O que Maria queria dizer com aquele desenho da bruxa com a sua vassoura imponente? Será que, de fato, algo existia lá a ser dito? Ou eram afetos que materializavam em formas, em movimentos, em cores? O que aconteceu com ela? Será que, ao desenhar, ela desejava nos contar algo? Será que nós entendemos ao menos um pouco do que com ela acontecia? Ou nós, no ápice de nossa saga professoral, insistíamos em buscar algo oculto que lá residia? Também ecoava em nós o ensejo de saber – e escrutinar – o que se passava naquela vida. Que histórias e estórias Maria teria para nos contar de seus caminhos vividos e fabulados? Quais segredos carregava? Que futuro por vir existia para aquela jovem estudante? Quão forte ela seria? Quantos saberes e práticas de resistências e re-existências diárias necessitava criar e mobilizar para sobreviver?

Passaram-se duas semanas até que um relato de Maria, mais uma vez, nos afetou por completo. Nesse dia, a encontramos numa mesa, no refeitório da escola, com duas colegas. Maria chorava discretamente no ombro de uma de suas amigas. Aproximamo-nos preocupados no intuito de descobrir o motivo das lágrimas e saber se poderíamos fazer algo para ajudá-la. Maria, num tom de desespero, nos contou o que havia acontecido: *‘minha mãe está*



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

com problemas sérios de saúde, se ela morrer não tem ninguém para cuidar de mim. Meu pai nem direciona a palavra a mim. Minha avó, coitada, está doente também. A questão toda, professor, é que não arrumo emprego, já tentei em todos os lugares’. A amiga buscou consolá-la, trazendo algumas soluções, porém Maria estava desesperançosa. A sua perspectiva a fazia pensar que seria só mais uma tentativa frustrada. Então, em seguida, Maria disse uma frase que nos paralisou e nos deixou anestesiados: *‘o jeito vai ser eu me prostituir caso minha mãe morra, não tenho escolha!’*

Em decorrência de tal fala impactante, apenas conseguimos, naquele momento, pedir-lhe calma e seguir para a sala de aula. Certas situações vivenciadas na docência nos deixam com a sensação de que estamos completamente sem chão, ecoando incessantemente algumas perguntas: o que podemos fazer? Há algo, de fato, a ser feito? Até onde vai o nosso trabalho? O que extrapola o labor professoral, mas segue ressoando justamente no que nos constitui humanos? Que formação em nossos cursos de licenciatura tivemos para lidar com tais histórias de vida? Poderíamos, ao nos sensibilizar e solidarizar, fazer algo? Junto dessas questões, outras ecoam em nós:

Como a experimentação em sala de aula mostra quão (des)preparado se está para o ser-estar-fazer-se professor? Existiria, por fim, um estar pronto para atuar nos espaços educativos? De que maneiras é possível se animar, encantar e alegrar com as travessias que se mostram inevitáveis para potencializar o exercício professoral, em devir, nos movimentos e nas poéticas que se fazem a partir dos estranhamentos e experimentações possíveis? (Sales, 2022, p. 25).

As nossas vivências no chão da escola nos inquietam de múltiplas maneiras. Percebemos, assim, que sustentar este caos faz parte também de habitar estes territórios. Talvez, inspirado no título do livro *Ficar com o problema*, de Donna Haraway (2023), uma demanda seja acolhermos, digerirmos, ebulirmos, lidarmos com o que nos incomoda, com o que nos desloca, com o que nos permite entrar em diferentes velocidades e, quiçá, ensaiar outros caminhos na docência-vida.

Ficamos profundamente comovidos com a situação que a aluna se encontrava, mas, junto a esse sentimento, algo em nós se concretizava: o



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

desejo de possibilitar à Maria e aos jovens que passam pelo que ela estava passando – geralmente minorias de gênero e sexualidade – a oportunidade de lidar mais brandamente com todas essas ressonâncias derivadas de suas configurações de existência. Era quase um grito coletivo: *Pare! Respire! Existem caminhos...*

Sabemos que a discussão em torno da prostituição é algo complexo e que não pode ser rotulado como fim da vida de maneira simplória. Mas, naquele momento, o que nos atravessou e impactou foi ver o sofrimento de Maria ao perceber que, para ela, uma jovem mulher trans, aparentemente o único caminho possível era, na ausência de uma rede de apoio familiar e estatal que lhe sustentasse economicamente e emocionalmente, prostituir-se, mesmo que esta não fosse, de fato, a sua vontade.

Não foi a nossa pretensão, ao realizar tal proposta didática com o desenho-fruição e com o diálogo, encontrar respostas para questões que ela trouxe consigo, mas sim ecoar caminhos possíveis e permitir um fluxo a todos aqueles sentimentos que a dilaceravam. Não sabemos se o verbo “amenizar” se concretizou por meio dessas vivências – e nem se este seria o objetivo das aulas de Arte, das conversas pelos corredores da escola e das criações produzidas nos encontros –, mas percebemos nelas um terreno fértil a ser percorrido. Talvez, naquele momento, o que demandava era a vazão de tais fluxos afetivos, do que a atravessava e pedia passagem: necessitava transbordar.

Nós também supitamos com tal encontro entre a vida dela e as nossas. Maria nos coloca, ao final de cada aula, em um ponto suspenso que nos causa desconforto por nos fazer habitar territórios nunca percorridos anteriormente e, na mesma medida, concede a força para que possamos enxergar as nossas condições no – e com o – mundo em que vivemos e constituímos. Quantas outras Marias estão presentes em nossas salas de aula na educação pública e nos desestabilizam por inteiro com as suas narrativas de vida, afetando-nos na medida em que também permitem-nos devir, sermos outros em nossas docências e existências?

Percebemos que as experiências dela e as nossas estão mais transpassadas do que imaginávamos. Isto apresenta-se como algo muito potente, aproximando-nos e nos conduzindo a habitar um mesmo campo, a constituir um mesmo território ou, quiçá, outro mundo, nas coexistências possíveis, permeadas naquele território escolar. Tudo aquilo possibilitava que



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

colocássemos os nossos corpos – professorais, estudantis, e... – em ação. A partir de tal interseção surgiu o desejo de enveredar-nos na pesquisa no campo da arte da performance:

[...] penso a arte, sobretudo, o campo da performance, como potência de afeto e potência de agir. Uma potência capaz de nos afetar e de afetar o outro, lançando nossos corpos ao deslocamento, à suspensão, tornando-os corpos porosos, abertos ao encontro, a trocas e a novas possibilidades de relação entre nós, humanos, e entre humanos e não humanos. A arte como propulsora de novos e possíveis modos de existência e coexistência (Ribeiro, 2021, p. 63).

Em ressonância com Walmeri Ribeiro (2021), também percebemos a arte – e a educação em arte – como espaço revolucionário. Assim, o nosso intuito em nossas aulas é de forjar um território de criação e de construção de possibilidades de enfrentamento e resistência contra situações de opressão, violência, exclusão e marginalização vividas pelos/as nossos/as jovens estudantes. Tal ação pode ressoar, sobretudo – mas não somente –, à juventude pertencente à comunidade LGBTQIAPN+, como Maria e também como nós, permeando o que passamos diariamente, principalmente no âmbito escolar.

Performances, estudos queer, intersecções

Uma percepção provinda das cartografias mobilizadas nos relatos autoficcionais apresentados chama-nos a atenção e abre caminhos de interseção, fazendo-nos pensar no momento em que a fronteira dos muros da escola se rompe e o seu chão sucumbe, possibilitando instaurar um fluxo de vida e existências em suas vivências múltiplas, quebrando as barreiras entre dentro e fora. As experiências narradas anteriormente, apesar de não se tratarem de acontecimentos – exclusivamente e explicitamente – LGBTQIAPN+fóbicas ocorridos dentro da escola, mostram-nos experiências de vulnerabilidade social às quais a nossa estudante foi submetida em decorrência, sobretudo, de suas características de gênero e sexualidade. Tais questões adentram cotidianamente o ambiente escolar e, como docentes que tentam ser engajados com uma articulação teórico-prática, ético-estético-política na/pela/com a educação, não podemos fechar os nossos



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

olhos para elas.

Agir como se esse movimento não estivesse acontecendo nunca foi e, a princípio, nunca será um caminho para nós. Entendemos que é praticamente impossível abster o ambiente escolar das questões sociais – como de gênero, sexualidade, raça, classe econômica, deficiência, dentre outros –, pois a escola não está separada do resto do mundo: ela faz parte dele, na medida em que também o produz. Esses fatores colocam os/as docentes à mercê dessas influências externas à escola, mas que, todavia, se instauram neste território com tamanha força que faz e nos fez (re)pensar os modos como mobilizávamos as nossas práticas em sala de aula.

As nossas experiências e vivências com Maria, através da convivência com ela em nossas aulas e nos espaços escolares, nesse sentido, orientam-nos a tecer relações potentes com essas questões – sobretudo com as de gênero e sexualidade abordadas até agora. A distinção sexual binária cisheteronormativa traduzida na icônica fórmula homem/pênis *versus* mulher/vagina serve para compreender, fortalecer e justificar a desigualdade social.

Por muitos anos e, em certa instância, até hoje, essa segregação masculino-feminino vigora nos fazeres escolares, assim como nos espaços além de seus muros. Tais práticas vão se atualizando para manter vivo um sistema rotulador e excludente, cujos dispositivos marcadores do sexo e do gênero são reproduzidos sem serem ao menos questionados. Alguns icônicos exemplos de sua presença estão na afirmação de que ‘a cor azul é destinada aos meninos e a rosa às meninas’, ao fazer a fila dos meninos e a das meninas durante os intervalos para comerem, ao separarem nas aulas de educação física os grupos masculinos para jogarem futebol e os femininos para realizarem outras práticas rotuladas menos ‘brutas’ ou ‘agressivas’, dentre outros.

São muitas as marcas grafadas no chão da escola, em seus muros, em suas carteiras, em seus corpos, atestando tal tentativa de consolidar, reforçar e atualizar os sistemas binários de gênero e de sexualidade na educação formal. O que percebemos institucionalmente nos espaços escolares é a tentativa de reprodução, criação e constante atualização de uma série de dispositivos que marcam e reafirmam as práticas hegemônicas. Neste texto, focamos na dimensão do gênero e da sexualidade, mas outras poderiam ser discutidas, como raça e deficiência, por exemplo.



REVISTA

interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação

Universidade Federal de Pernambuco,

Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]

Dossiê Os desagendamentos da educação e a

resistência à projetos neoliberais e

neoconservadores: corpos, gêneros e

sexualidades em espaços escolares e não

escolares

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

Tal história de Maria é só mais uma dentre tantas que compõem casos de segregação do que destoa da cisheteronormatividade, instaurados nos espaços escolares. Em concomitância com o relato da nossa estudante, tais experiências fazem borbulhar em nós as questões: como produzir outras maneiras de habitar a escola, de ensinar e de aprender nestes espaços? De que maneiras as questões de gênero e sexualidade podem lá serem mobilizadas para além de modelos estigmatizantes e normatizadores? Quiçá, como estar atento/a às tantas práticas de resistência e re-existência que já fazem morada nos territórios escolares, mobilizadas por Marias, por Josés, por Joanas, por estudantes, professores/as e todos os/as povos/as da escola.

Adentrar esse campo de discussão que coloca a cisheteronormatividade em questão, para muitos, pode ser revoltante na medida em que problematiza posições hegemônicas e relações de poder. Nesse sentido, eis a importância da análise dessas situações, possibilitando refletir sobre o “[...] nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referentes a tempo, espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras áreas-chave da experiência humana” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018, p. 33). De forma pontual, esse pensamento localiza, nos espaços de nossas vivências, o papel da hegemonia social, e é a partir de tal constatação que podemos pensar em maneiras de problematizá-lo, desconstruí-lo, ensaiando maneiras outras de lidar com tais questões.

A nossa – sutil, sonhadora e, talvez, pretensiosa – tentativa desejava fazer com que discursos e práticas hegemônicos deixassem de vigorar nas escolas. Cotidianamente, embriagamo-nos com esta utopia para nos guiar e dar forças na árdua tarefa docente nas escolas públicas periféricas do Sul global. Mas como estabelecer outras maneiras de ver e experienciar o mundo? Onde o corpo, seja ele feminino, masculino, heterossexual, bissexual, lésbico, gay, cis, trans, gordo, magro, negro, indígena, e... e... e...⁷ poderá performar seus desejos com segurança, com intensidade, com potência, com vontade, e não ser atravessado por violências e opressões em decorrência disso? Seria possível construir um território totalmente propício para as múltiplas existências que habitam o planeta, ou tal pensamento desejoso não passaria de uma fantasia? E, caso não consigamos chegar neste paraíso de ‘paz e amor’ para tudo e todos, de que maneiras podemos engajarmo-nos entre as tramas que se consolidam nas relações de poder, ensaiando caminhos de resistências e re-existências possíveis?

⁷ Inspirado no conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (2019).



A arte da performance nos parece permitir ao menos acessar esse território. E, aqui, procuraremos defender a ideia de que ela seja uma potência de percepção das facetas hegemônicas que sobrevivem na escola. Mais do que apenas reconhecer, a sua feitura permite resistir, lutar e descobrir vias de combate às situações de violência que um jovem LGBTQIAPN+ sofre dentro da escola.

O termo performance abre uma gama de possibilidades. Quando é acrescido à noção de performatividade, vê-se que este leque torna a desabrochar. Quiçá, as próprias experiências docentes e estudantis poderiam configurar-se como performáticas. Isso se dá porque esses campos de conhecimento são híbridos e amplos, adentrando variadas práticas cotidianas e artísticas, mas sem ter os seus limites e fronteiras totalmente estabelecidos. Percebemos que “Performances afirmam identidades, curvam o tempo, remodelam e adornam corpos, contam histórias. Performances artísticas, rituais ou cotidianas – são todas feitas de comportamentos duplamente exercidos, comportamentos restaurados [...]” (Schechner, 2003, p. 25). E a dimensão que tem seu impulso inicial na década de 1960 junto aos *happenings*, a *body art*, ao movimento *Fluxus* entre outros, a chamada *performance art*.

Essas duas dimensões, além de importantes, são caras ao nosso pensamento. Se relacionarmos a experiência de vulnerabilidade social que a nossa aluna – uma jovem mulher trans que mora e estuda na região periférica de uma cidade média do interior brasileiro – nos trouxe em relação à noção de performance enquanto comportamento restaurado, podemos traçar problematizações que guiem as nossas cartografias. Dessa forma, percebemos que “[...] a naturalização dos comportamentos sexuais e de gênero tem por efeito colateral, ainda, um certo, apagamento ou diminuição da centralidade da cultura e do papel dos próprios sujeitos na conformação de suas identidades” (Quinalha, 2022, p. 29). Ou seja, por essa perspectiva, percebemos que os sujeitos dissidentes das normas de gênero e sexualidade são atirados num determinismo natural estrito (Quinalha, 2022) e que uma de suas lutas é, no decorrer da vida, romper com o que é imposto. Sabemos que este pode ser, enfim, um processo de muita dor, resultando traumas a serem enfrentados, digeridos e transformados.

Performatividade, no entanto, pressupõe instaurar-se em dinâmicas de poder. A lógica é basicamente única: aqui suas vestimentas estão autorizadas, seu gestual pode ser extrovertido. Mas, logo ali, atravessando a fronteira



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

demarcada, caso queira manter-se desse modo, o risco de vida estará à sua espreita. Um outrem, então, institui aquele sujeito às tramas de poder para desempenhar a sua performatividade. Estas dinâmicas não estão dissociadas de rebeldias e contrapontos, já que eis, então, *pari passu*, as estratégias de resistência (Foucault, 2014). Porém, este movimento não é geralmente percebido diante daqueles que obedecem – ao menos no que se mostram publicamente – as normas sexuais hegemônicas, visto que os seus costumes e maneiras de viver já estão naturalizados, sendo rotulados como os únicos válidos e dignos de existir. É como se o primeiro movimento de um criminoso desses padrões sociais fosse pedir permissão para ser ele mesmo. A privação desse direito – e isto não significa que todos o exercem – é uma realidade. Não nos referimos somente aos cercamentos que se dão por meio da violência e coerção, mas também àqueles que se materializam no discurso da “aceitação”, que está vinculada à reprodução desses padrões de sexo-gênero.

Esse fator nos leva a acreditar que o anseio deve estar em colocar o corpo em ação: “[...] uma performance (mesmo quando partindo de uma pintura ou de um romance) ocorre apenas em ação, interação e relação. A performance não está em nada, mas entre” (Schechner, 2003, p. 28). Nesse sentido, interessa-nos pensar nas ações que são suprimidas aos sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade, como a de amar, autoficcionalizada nos relatos do caso de Maria. Podemos, portanto, pensar que a essa estudante é banido não somente o direito de performar como anseia viver em total segurança, ou seja, de se vestir, portar e ser de fato quem é, deseja ser e está em vias de ser, mas, e sobretudo, o direito de executar ações, de estar em performance. Ela é, então, duplamente violentada. Duplamente silenciada. Quiçá, triplamente, quadruplamente... E esses indícios nos aproximam de uma possível via para identificar no dia-a-dia da escola como essas tramas se estabelecem.

O pensamento e a troca sobre como executamos as performances diárias, aquelas que não pensamos muito para realizá-las, que não procuramos criticá-las nem tampouco questioná-las, nos possibilitariam identificar os vieses hegemônicos presentes naquele ambiente e naquelas relações. Trata-se, aqui, então, de encontrar meios para agir contra essas descobertas, de como transformar esse anseio de resistência e de luta em ação e criação.

Desde a sua propulsão inicial, a arte da performance vem sendo entendida como espaço liminar que coloca vida e arte numa constante



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

imbricação. Isto, portanto, faz com que, ao espiar, vivenciar ou até mesmo espiar uma ação performativa, o sujeito não saiba muito bem distinguir o que seja a vida do performer (executor da ação) e a arte (estética daquilo que se vê). A artista Marina Abramovic, em suas obras performativas, evidencia isso, quando, por exemplo, escova violentamente seus cabelos durante cerca de uma hora verbalizando o nome da ação: “a arte deve ser bela; a artista deve ser bela” (Abramovic, 2022, p. 95) Este fator adere ao contexto dessas reflexões no sentido de que a artista Abramovic utiliza de uma ação simples, direcionada e delimitada num tempo e espaço para abrir um campo de reflexão e discussão acerca de uma temática abrangente, que possibilita afetações a quem vivencia a ação de refletir e de questionar-se, podendo extrapolar o sentido primeiro da proposta, partindo das experiências de vida do sujeito que é por ela atravessado.

Caminhando nessa direção, imaginamos que, uma vez identificadas as fissuras hegemônicas no ambiente escolar, pode ser viável pensar e executar ações performáticas assim como as da artista Marina: simples, concisas, direcionadas no tempo e no espaço para levantar pensamentos, reflexões e, até mesmo, outras ações de resistência e luta. Eis a importância de o corpo docente estar preparado para zelar por estar atento às possibilidades para ampliar a reflexão, quando essas ações artísticas forem executadas. Ações artístico-permáticas, ao serem mobilizadas nas escolas, mesmo que de maneira inesperada pelos/as estudantes, podem movimentar problematizações acerca de saberes e práticas que acontecem no dia a dia e que desencadeiam ações de violência e de opressão. Dessa forma, a performance movimentada nos espaços escolares pode, quiçá, engendrar meios de criar um território em que, na prática, o sujeito tenha livremente a oportunidade de performar o seu gênero e a sua sexualidade, de descobrir e fissurar os seus contornos identitários, de ser quem é, experimentando, experienciando, aprendendo e se fazendo, em devir.

Homens e mulheres – e outras configurações possíveis –, portanto, vivem feminilidades e masculinidades diferentes daquelas que vigoram na fantasia da hegemonia social, do que é produzido e propagado como norma. A própria materialidade do que se entende como homem/mulher é, assim, colocada em questão cotidianamente. Os estudos *queer* abordam pensamentos importantes para entendermos o que nos direciona, ainda hoje, para que não seja possível a todos os cidadãos performarem as suas respectivas existências – atravessadas por suas identidades de gênero e de



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

sexualidade – de maneira livre e segura.

Por muitos anos a luta se pautou em conseguir os mesmos direitos atribuídos às pessoas cuja identidade de gênero e sexualidade coincidisse com o que lhes foi designado no nascimento, ou seja, os cisgêneros-heterossexuais. Os estudos *queer*, portanto, irão estabelecer movimentos problematizadores a essa luta, pois

[...] o novo movimento *queer* voltava sua crítica à emergente heteronormatividade, dentro da qual até gays e lésbicas normalizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outras, aquelas e aqueles considerados anormais ou estranhos por deslocarem o gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heterorreprodutivo (Miskolci, 2020, p. 25).

A proposta dos discursos imbuídos nos estudos *queer* é levantar questões sobre o modo com que os gêneros e as sexualidades irão se formar e da subjetividade inerente a esse processo, ou seja, apresentar um *modus operandi*, onde haja a reconstrução dos dispositivos vigentes na sociedade. Sabemos que, segundo Butler, o gênero é um dispositivo regulatório que governa ele próprio, sendo assim “[...] o gênero exige e institui seu próprio regime regulatório e disciplinar distinto” (Butler, 2022, p. 75). Este pensamento de Judith Butler (2022) caminha, portanto, na contramão da crença de que exista um primeiro gênero regulatório, o masculino, e de que todos os outros são derivados deste. Percebemos que os estudos *queer* seguem esse fluxo, à medida que procuram problematizar como produções históricas, sociais e culturais criaram os padrões oriundos de processos que ditam normas, que impõem diferenças específicas, limítrofes e classificatórias de um corpo só pela forma de determinados órgãos genitais que são reconhecidos e atribuídos no nascimento.

Nestes caminhos, reconhecemos que estamos imersos em tramas de colonialidade que naturalizam práticas hegemônicas que são tradicionalmente reafirmadas a cada geração. Trazer esse processo para o campo de pensamento e produção de conhecimento permite que aqueles que sofrem, diariamente, com essas influências possam descobrir formas mais concretas e eficazes de produzir territórios de resistência, de enfrentamento e de re-existência. Materializar estas discussões e mobilizações na escola é



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

articulá-las em direção a transformações sociais e culturais possíveis.

Educar e(m) outros arranjos possíveis

Caminhando nessas linhas de pensamento, tendo estabelecido algumas interseções, as práticas contra-hegemônicas são por nós perseguidas no intuito de ocasionar um espaço de transformação dos dispositivos coloniais vigentes na sociedade e impregnados nas escolas. Estivemos atentos aos possíveis, já que “Um pouco de possível, senão eu sufoco...” (Deleuze, 2013, p. 135). Nas artes encontramos caminhos para resistências, visto que, como disserta Deleuze, “E o que é resistir? Criar é resistir...” (Deleuze; Parnet, 1995, p. 68). Assim, percebemos, em consonância com Deleuze, que “[...] um criador é alguém que cria suas próprias impossibilidades, e ao mesmo tempo cria um possível” (Deleuze, 2013, p. 171)

Como já apontado, o ambiente escolar em tantos momentos reproduz práticas coloniais. Nesse sentido, o que ansiamos é por levar os estudantes “[...] a fazer as coisas de outra maneira, a olhar o mundo de outra forma, usando a teoria como intervenção, como meio de desafiar o *status quo*” (hooks, 2017, p. 83). Antes de estabelecer um espaço de discussão, o debate acerca do gênero e da sexualidade, como acontece muitas vezes em palestras e rodas de conversa, também necessita identificar as práticas hegemônicas presentes na sociedade e transpostas aos espaços escolares. E, para nós, a invenção e criação artística-performativa, assim, são caminhos para intervenções possíveis, para forjar territórios e incidir marcas já existentes.

Também é importante construir, junto de nós, professores/as, as ferramentas para que possamos lidar com as questões que estão presentes nas salas de aula – e aquém e além delas –, dando liberdade para podermos tratar desses assuntos com os estudantes, sem medo de que isso gere algum risco – tanto a docentes quanto discentes – à sua permanência naquele espaço de trabalho ou, quiçá, à sua vida. Ademais, esperamos que professores/as possam, inclusive, performar o seu gênero e a sua sexualidade também na escola, sem que isso se torne uma questão problemática ou perigosa – criar-se cotidianamente, viver intensamente aquém e além da escola. O que pretendemos defender é o fato de que os espaços escolares



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

sejam ambientes de vivência e experimentação de performances: lugares acolhedores, de coexistências plurais, de diálogo, de diferenças e de multiplicidade.

Percebemos, também, que a prática docente consiste em movimentações performáticas. “Ensinar não constitui uma performance artística, mas certamente é uma performance. No ensinar, o professor precisa definir certas relações com os estudantes. O professor precisa desempenhar seu papel de professor, que pode variar de circunstância a circunstância” (Schechner; Icle; Pereira, 2010, p. 30). Nesse sentido, podemos pensar que, mais do que trazer à tona todas as questões referentes à sexualidade e ao gênero na escola, é interessante fornecer aos professores as ferramentas necessárias – e os meios para criá-las – para que eles possam desempenhar seu trabalho de modo a agir em favor das práticas contra-hegemônicas em suas ensinagens. Eis, então, a força e responsabilidade do trabalho professoral na vida de tantos sujeitos que com eles convivem nas escolas, uma vez que são eles que possuem uma relação diária na vida dos/as estudantes – muitas vezes, inclusive, maior do que a de familiares dos/as mesmos/as.

Nós, professores da educação básica pública brasileira, somos orientados por documentos curriculares que guiam os rumos de nossas ensinagens. No que diz respeito à rede estadual de Minas Gerais – estado no qual se localizam ambos os autores e foram vividas as experiências autoficcionalizadas aqui materializadas nestas cartografias –, para além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), temos os documentos estaduais que direcionam competências e habilidades a serem seguidas. Sabemos da importância de problematizar tais documentos, visto que estes seguem, sobretudo, os interesses hegemônicos e neoliberais, vinculados à privatização da educação e precarização do trabalho. Mas, apesar de tais questões, acreditamos ser possível encontrar brechas para respaldar o nosso trabalho.

No que diz respeito aos documentos estaduais, estes abrem caminhos para discussões sobre assuntos referentes às práticas hegemônicas, perpassando desde a LGBTQIAPN+fobia ao racismo, também permeando os temas relacionados aos povos indígenas. Já o item 03 do tópico “As finalidades do Ensino Médio na contemporaneidade” da BNCC, por exemplo, apresenta algumas competências para o/a professor/a, e aqui destacamos uma relevante para o desenvolvimento desse pensamento: “Valorizar os



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

papéis sociais desempenhados pelos jovens, para além de sua condição de estudante, e qualificar os processos de construção de sua(s) identidade(s) e de seu projeto de vida” (Brasil, 2018, p. 465).

Além disso, está previsto no calendário escolar anual do estado de Minas Gerais que o dia 17 de maio é destinado à realização de práticas na escola contra a homofobia, instituído pela Lei nº 16.636, de três de janeiro de 2007 (Minas Gerais, 2007). Eis possibilidades de aprofundar em torno das questões que atuam na produção dos sujeitos, problematizando o que é histórico-sócio-culturalmente naturalizado, indagando as redes produtoras de subjetividades e retirando temas como o gênero e a sexualidade de seu lugar de verdade absoluta, percebendo-os como produções de diferentes tempos e espaços.

O plano de ensino anual do Estado de Minas Gerais, outro documento guia do sistema educacional o qual estamos vinculados na educação básica pública estadual – quicá o principal –, traz objetos de conhecimento, ou seja, unidades temáticas, que julgamos interessante a estes temas:

(EM13LGG501) Selecionar e utilizar movimentos corporais de forma consciente e intencional para interagir socialmente em práticas corporais, de modo a estabelecer relações construtivas, empáticas, éticas e de respeito às diferenças.

(EM13LGG502) Analisar criticamente preconceitos, estereótipos e relações de poder presentes nas práticas corporais, adotando posicionamento contrário a qualquer manifestação de injustiça e desrespeito a direitos humanos e valores democráticos (Plano de Ensino de Minas Gerais, 2022, p. 67).

Percebemos, assim, outras brechas para tensionar, nas artes e nas práticas corporais, as relações de poder e as redes de violência socialmente instauradas. Nesse contexto, os próprios documentos guias das práticas escolares preveem ser um dever dos profissionais que atuam no campo da docência, relacionarem os seus conteúdos à contemporaneidade e tudo o que está intrínseco a ela. Há, nestas diretrizes, mesmo que em suas brechas, certas linhas que podem ser agenciadas para desenvolver um protagonismo nos estudantes no que diz respeito aos processos que permeiam o seu ensino e as aprendizagem por eles a serem desenvolvidas, assim como o seu modo de viver e de se portar na escola e no mundo.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

A arte, de um modo geral, quando associada de maneira problematizadora e criativa ao contexto que permeia as relações de ensino e de aprendizagem, pode ser considerada um dispositivo muito potente para colocar vigentes os direcionamentos relacionados às questões subversivas às normas hegemônicas. Dessa forma, pode possibilitar o tensionamento de temas relacionados ao gênero e à sexualidade – colocando, inclusive, em prática o que está previsto em documentos orientadores da educação no que diz respeito à diversidade.

Aqui, ao pensar em arte, rompemos com o limite da disciplina escolar Arte, expandindo-a inter/transdisciplinarmente para outras áreas. Um exemplo é o caso de um dos autores deste texto que, embora seja também licenciado, mas de formação e atuação no campo das Ciências da Natureza, não lecionava na escola a disciplina Arte e sim as de Ciências e Biologia, utilizando as artes como ferramentas para potencializar o seu trabalho e a percepção de seus estudantes no que diz respeito ao mundo e à vida.

Percebemos o desenvolvimento de performances artísticas dentro da escola como maneira de trazer à tona as questões de gênero e sexualidade dos estudantes, possibilitando problematizá-las na medida em que dialogamos com os conteúdos curriculares. Focamos nosso pensamento na arte da performance, uma vez que uma de suas características basilares é estabelecer um espaço de troca com um público, também ativo em relação ao que fora produzido, cujas questões intrínsecas na vida do/a *performer* irão se transpor e se tornarão manifestação artística.

[...] Os Estudos da Performance oferecem uma rica gama de possibilidades na qual a Performance e a Performatividade aparecem como instrumentos pelos quais é possível pensar as relações sociais, as política públicas, as identidades de gênero e de raça, a estética, a infância, os rituais, a vida cotidiana, entre outras (Icle, 2010, p. 15).

A arte é, assim, por nós mobilizada para fazer com que essas questões – do gênero, da sexualidade, da diversidade, das problemáticas sociais, e... – aflorem. O *Teatro do Oprimido*, por exemplo, é uma proposta de prática e investigação teatral criada por Augusto Boal, na década de 1970, tendo como fundamento o trabalho com atores/atrizes e não atores/atrizes, despertando tanto em quem faz, quanto em quem participa da manifestação artística um



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

senso crítico e de ação sobre a obra. Para Boal, o espectador não é somente um ser passivo que aprecia a obra apresentada mas, pelo contrário, ele é um *espect-ator*, atuando e agindo sobre a obra tanto quanto o ator em cena, podendo, inclusive, adentrá-la, literalmente, como é o caso do teatro fórum. Nas aulas de Artes, procuramos abordar também os conceitos e as práticas em teatro-imagem e teatro do invisível. Em ambos os casos, todo o envolvido na manifestação artística que se sucede “[...] é o protagonista da realidade que vê, mas ignora a sua origem fictícia: atua sem saber que atua, em uma situação que foi, em seus largos traços, ensaiada... e que não teve sua participação” (Boal, 2008, p. 27).

Assim, podemos entender esses fazeres artísticos como uma área que assume o caráter de debater, friccionar e relacionar as questões inerentes às vidas dos/as estudantes, sejam eles/as dissidentes de gênero-sexo ou não, de modo engajado e prático. As percepções derivadas destas práticas não se darão por meio de um pensamento de outrem ou da análise de práticas alheias àquela vida, e sim daquilo que o sujeito realizou, ou seja, a materialização – e incorporação de um conhecimento que é formado por uma prática pessoal, engajando seu corpo em uma ação que está intrinsecamente associada às suas vivências transpostas em um fazer artístico.

Também percebemos em outras experimentações artísticas, como nas práticas de desenhos – empregadas com a estudante Maria –, nas conversas cotidianas, no trabalho com músicas, com imagens, com escritas, e... e... e... maneiras de potencializar as nossas ensinagens, de sensibilizar os/as alunos/as, de dar vazão aos afetos que demandam fluxos para serem vividos e expressados. Por isso, experimentamos, experienciamos e vivemos a arte intensamente em nossos processos educativos e em nossas existências docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, caminhamos pelo viés das nossas vivências e experiências no chão da escola, cartografando-as, tensionando, sobretudo, os devires e afetos ligados às dimensões de gênero e de sexualidade, entremeando-as à construção de ações performativas. Defendemos que, ao levar de maneira problematizadora estas discussões para a escola, mobilizando-as em práticas pedagógicas e performativas, construímos maneiras de articulá-las na tarefa



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

comum de movimentar resistências, transformações sociais e revoluções possíveis – mesmo que em esferas micro, nas cotidianidades estudantis, nas brechas e frestas que se anunciam em meio aos duros muros que cercam a educação básica.

O relato de nossas experiências com a estudante Maria – uma jovem mulher trans que cruzou os nossos caminhos da docência e que tanto nos ensina – foi um fio condutor que abriu trajetos para a escrita cartográfica, embebida em narrativas autoficcionais, materializadas neste artigo, sendo expandidas, ao longo das linhas aqui engendradas, para a percepção de outras maneiras de incorporar as artes – sobretudo, da presença – nos cotidianos escolares para falar, mobilizar e problematizar em gênero e sexualidade. A criação imbricada em nossas vidas e práticas docentes é tecida a partir destes encontros intensivos que acontecem em devir com os estudantes e com outros sujeitos escolares – professores/as, supervisores/as, diretores/as, cantineiras/os, e... e... e... –, na força coletiva.

Compreendemos que a arte da performance pode desempenhar na escola o papel de evidenciar estes dispositivos de poder (re)produzidos no espaço escolar. Esta pode, justamente, articular vida e criação numa manifestação artística que tem como um de seus fundamentos gerar pontos de pensamento sobre aquilo que a sociedade vive, articulando, portanto, um *modus operandi* de agir e se relacionar com eles, cujo principal objetivo seria assolá-los do ambiente escolar.

Assim, a “[...] a emergência dessas noções – Performance artística, Performance social, Performatividade da linguagem – não só aduz um campo misto, como também um campo conflituoso, tramado num emaranhado de forças e discursos, na fricção de práticas e teorias, no agenciamento de saberes” (Icle, 2010, p. 12). A proposta com isso é, portanto, tentar ao menos garantir que os/as presentes naquele meio possam desempenhar suas performatividades de gênero e de sexualidade de maneiras livres e seguras, mas não tão somente, tentar estabelecer um ambiente despido de preconceitos e de padrões hegemônicos – ou que, ao menos, busque problematizá-los, desnaturalizando-os.

Por fim, constatamos e afirmamos a urgência de abordar questões em torno do gênero e da sexualidade de maneira a problematizar tais instâncias, destituindo-as do lugar de natural, e colocando-as como questões atravessadas pela cultura e pela subjetividade, articuladas em torno da vida,



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

produzidas em tempos e espaços localizados, permeadas por relações de saber e de poder. Eis a força da resistência perante às relações de poder, emergindo em maneiras de re-existir. Percebemos a arte como potente caixa de ferramentas para mobilizarmos tais dimensões em nossas práticas educativas, expandindo as possibilidades de ensinagens e de aprendizagens. Tal posicionamento articula-se com o reconhecimento da educação como empreendimento coletivo, de caráter político, devendo, assim, estar articulada com a tarefa de transformar e cocriar o mundo em que se situa.

REFERÊNCIAS

Abreu, Caio Fernando. **Pequenas Epifanias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2014.

Abramovic, Marina. **Pelas paredes: memórias de Marina Abramovic**. 2. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio LTDA, 2022.

Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

Blanco, Sergio; Campanela, Esteban; Concílio, Vicente. A Autoficção: uma engenharia do eu. **Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 3, n. 48, p. 1–18, 2023.

Boal, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. 11 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

Brasil. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Butler, Judith. **Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Butler, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora da Unesp, 2022.

Deleuze, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2013.

Deleuze, Gilles. **Crítica e clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia. Vol. I**. São



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

Paulo, Ed. 34. 2019.

Deleuze, Gilles; Parnet, Claire. **Abecedário de Gilles Deleuze**. Éditions Montparnasse, Paris. Filmado em 1988-1989. Publicado em: 1995.

Deleuze, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, p. 155-161. 1990.

Icle, Gilberto. Para apresentar a Performance à Educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, 2010.

Foucault, Michel. O sujeito e o poder. In M. Foucault, **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. p. 118-140, Coleção Ditos e Escritos. IX. Org: M. de B. Motta, Org., A. Chiquieri, Trad.). Forense Universitária. 2014.

Haraway, Donna. **Ficar com o problema: fazer parentes no chthluceno**. São Paulo: n-1 edições. 2023.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo Martins Fontes, 2017.

Larrosa, Jorge. Experiência e Alteridade em Educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27, 2011.

LARROSA, Jorge. **Tremores: Escritos sobre experiência**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. v. 1.

Minas Gerais. **LEI nº 16.636, de 03/01/2007**. Institui o Dia Estadual contra a Homofobia. Assembleia Legislativa de Minas Gerais: Belo Horizonte, MG, 2007.

Minas Gerais. Secretaria de Educação de Minas Gerais – **PLANO DE ENSINO**. 2022.

Miskolci, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

Núñez, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **ClimaCom**, Campinas, v. 8, n. 21, 2021.

Quinalha, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Ribeiro, Walmeri. Poéticas do Outrar-Se: A Potência de Corpos Porosos na Criação de Mundos Possíveis. In: Nóbrega, Carlos Augusto M. Da; Fragoso, Maria Luiza P. G.. **Hiperorgânicos V. 3 Arte, Consciência E Natureza Criar, Cultivar, Conectar**. Rio



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>

de Janeiro: Circuito, 2021. p. 59-77.

Rolnik, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2016.

Rolnik, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

Sales, Tiago Amaral. A aids como dispositivo: linhas, te(n)sões e educações entre vida, morte, saúde e doença. **Pro-Posições**, Campinas, v. 33, p. 1-28, nov. 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0073>.

Sales, Tiago Amaral. A escrita como modo de vida: potências contemporâneas para a (pesquisa em) educação. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 16, n. 3, p. 1–11, 2023. <http://dx.doi.org/10.15687/rec.v16i3.68236>.

Sales, Tiago Amaral. Quando o cartógrafo vai a campo: travessias e poéticas de um jovem professor. **Revista Teias**, v. 71, n. 23, p. 24-41, 2022. <https://doi.org/10.12957/teias.2022.70186>

Schechner, Richard. O que é Performance? **O Percevejo: Revista de Teatro, Crítica e Estética**, Rio de Janeiro, n. 11, v. 12, 2003.

Schechner, Richard; Icle, Gilberto; Pereira, Marcelo de Andrade. O que pode a Performance na Educação? Uma entrevista com Richard Schechner. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, 2010.

Seffner, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 561-572, ago. 2011.

Submissão em 28 de fevereiro de 2024.

Aceite em 06 de maio de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional. Texto da Licença:

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 262207 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262207>